**A CONDIÇÃO FEMININA NA AGRICULTURA E A VIABILIDADE DA
AGROECOLOGIA**

**LA CONDICIÓN FEMENINA EN LA AGRICULTURA Y LA VIABILIDAD DE
LA AGROECOLOGÍA**

**AGRICULTURAL FEMALE CONDITION AND THE VIABILITY OF THE
AGROECOLOGY**

Laura De Biase¹
laudebiase@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo busca refletir sobre os fatores que distanciam teorias e práticas agroecológicas. Dentre esses fatores, dimensiona-se a condição feminina nas transformações relativas à modernização agrícola e aos projetos de agroecologia. Assim, este estudo parte da compreensão teórica dos aspectos acima mencionados para, num segundo momento, confrontá-los com uma realidade empiricamente determinada, a implantação de projetos agroecológicos no Vale do Ribeira, região sul do Estado de São Paulo. Durante o trabalho de campo, utilizou-se o método de observação participante e de entrevistas abertas. Como conclusão, constatou-se que a prática agroecológica pesquisada reproduz fundamentos do modelo da “agricultura moderna”, tais como: a exclusão da mulher; separação entre as noções de trabalho e família; submissão à lógica de produção e consumo capitalista; êxodo dos jovens; violência; e outros elementos que colocam em risco a existência da agricultura tradicionalmente familiar. Além disso, sugeriu-se que, na transição de uma agroecologia restrita aos aspectos técnicos para uma agroecologia ampla, capaz de realizar transformações efetivas no modelo agrícola hegemônico, as mulheres têm muito a contribuir.

Palavras-chave: agroecologia, modernização da agricultura, agricultura familiar, relações de gênero, Vale do Ribeira.

Resumen: Este artículo busca reflexionar sobre los factores que distancian teorías y prácticas agroecológicas. Entre estos factores, se dimensiona la condición femenina en las transformaciones relativas a la modernización de la agricultura y a los proyectos de agroecología. De esta forma, este estudio parte de la comprensión teórica de los aspectos mencionados, para, en un segundo momento, confrontarlos con la realidad empíricamente determinada; la implementación de proyectos agroecológicos en el *Vale do Ribeira*, región sur del estado de São Paulo, Brasil. Durante el trabajo de campo, se utilizó el método de observación participante y de entrevistas abiertas. Como conclusión, se constató que la práctica agroecológica investigada reproduce fundamentos del modelo de la “agricultura moderna”, como: exclusión de la mujer; separación entre nociones de trabajo y familia; sumisión a la lógica de producción y consumo capitalista; éxodo de jóvenes; violencia; y otros elementos que colocan en

¹ Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI – EA)
Rua Maria Tarsia, 51 Apto. 22 – Jardim Elite, Piracicaba/SP CEP: 13417440

riesgo la existencia de la agricultura tradicionalmente familiar. Además de esto, se sugiere que las mujeres tienen mucho a contribuir en la transición de una agroecología restringida a los aspectos técnicos para una agroecología amplia, capaz de realizar transformaciones efectivas en el modelo agrícola hegemónico.

Palabras clave: Agroecología, Modernización de la agricultura, Agricultura familiar, Relaciones de género, *Vale do Ribeira*.

Abstract: This paper aims to reflect about the factors that separating agroecology theories and practices. Among those factors, the feminine condition is dimensioned inside the transformations related to agriculture modernization and agroecology projects. In this manner, this study begins from the theoretical comprehension of the topics described above to compare them with the empirical determined reality; agroecological projects introduced in *Vale do Ribeira*, south region of Sao Paulo State, Brazil. Participant observation and open-ended interviews were used during field work. As a conclusion, it was ascertained that the agroecological practice analyzed on this study reproduces the basis of the modern agriculture model, as: women exclusion; separation of work and family notions, submissiveness to the capitalist model of production and consumption; youth exodus; violence; and other aspects that put in risk the existence of traditional family agriculture. Moreover, it is suggested that women have a lot to contribute in the transition from a restricted agroecology devoted to technical aspects to a wider agroecology, able to make effective transformations inside the hegemonic agricultural model.

Keywords: Agroecology, Agricultural Modernization, Familiar Agriculture, Genre Relationships, *Vale do Ribeira*.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da reflexão sobre a distância entre os princípios teóricos da agroecologia e sua prática. Dentre os vários fatores desta distância, busca-se dimensionar a condição feminina nas unidades familiares de produção que compõem o universo de construção da agroecologia.² Para captar esta condição, faz-se necessária a compreensão histórica da organização familiar camponesa, assim como das transformações da lógica de produção agrícola a partir da modernização da agricultura.

Assim, este estudo parte da compreensão teórica dos aspectos acima mencionados para, num segundo momento, confrontá-los com uma realidade empiricamente determinada, a implantação de projetos agroecológicos na região do Vale do Ribeira, região sul do Estado de São Paulo. Pretende-se, desta maneira,

² A reflexão feita neste artigo é fruto da pesquisa realizada durante o segundo semestre de 2006, como estágio profissionalizante, curso de graduação em Engenharia Florestal, ESALQ-USP.

alimentar a discussão sobre a viabilidade da agroecologia como possibilidade de reconstrução sócio-ecológica para além de uma inovação técnica sustentável.

Para estabelecer uma primeira ligação entre as *relações de gênero* e as relações de produção pautadas no enfoque da *agroecologia*, é importante compreender o envolvimento da mulher com a agricultura. A identificação feminina à produção de alimentos é histórica. Desde o surgimento da agricultura a mulher, provedora de vida, é a representação simbólica da fertilidade de terra (a “mãe terra”) e identificação direta da prática agrícola, momento este em que o humano percebe a possibilidade de germinação da semente em contato com o solo.

O desenvolvimento da agricultura só foi possível, depois que a função da semente no desenvolvimento de novas plantas se tornou conhecida. Assim, a introdução de sementes em um determinado espaço da terra, (...) foi o fator determinante da passagem da coleta para o plantio, uma significativa revolução cultural iniciada pelas mulheres. (...) Ao fazerem crescer os produtos da terra, as mulheres associaram a fecundidade à fertilidade. Os estudiosos concordam em atribuir a invenção da agricultura às mulheres. Como coletoras, elas adquiriram um conhecimento dos vegetais, flores e frutos e puderam aprender, pela experiência direta e pela observação contínua, o processo de semeadura e germinação do mundo natural. Passo seguinte, o reproduziram intencionalmente (KOSS, 2000:73-74).

Podemos ainda buscar evidências mais próximas historicamente da relação das mulheres com a terra, observando culturas que resistiram às influências cristãs, mercantilistas e masculinizadoras, a partir de referências sócio-antropológicas, tanto em comunidades indígenas quanto em comunidades camponesas/pesqueiras. No caso indígena, na comunidade Desâna, da área cultural do alto rio Negro – AM,

As mulheres, agricultoras por excelência, selecionam os cultivares segundo o tamanho do tubérculo, a facilidade maior de descascá-lo e de ralá-lo, bem como o teor de amido que contém. O casamento exogâmico faz com que as mulheres se espalhem por diversas tribos e, ao visitar parentes, troquem entre si cultivares e experiências (RIBEIRO, 1995:115)³

Referindo-se às comunidades pesqueiras do nordeste Woortmann comenta que,

³ Os cultivares mencionados referem-se à mandioca. É interessante destacar a importância da manutenção da diversidade biológica pela troca de cultivares de regiões distintas possibilitada pela relação de parentesco exogâmica, prática cultural na qual as mulheres casam-se com homens de outras aldeias.

A classificação do espaço natural é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero. Num plano mais geral, dado pelo primeiro discurso oferecido ao observador, o espaço é classificado de maneira bipolar: o mar é percebido como domínio do homem, em oposição à terra, domínio da mulher. (...) A terra, por sua vez, na percepção do grupo, subdividia-se tradicionalmente entre o espaço da agricultura e a praia, o primeiro concebido como essencialmente feminino, e o segundo como um espaço intermediário, onde, (...) trabalhavam tanto homens quanto mulheres (WOORTMANN, 1992:42).

No atual momento sócio-político existem diversas experiências que nos levam a refletir sobre a necessidade de valorizar os espaços historicamente femininos como forma de inclusão da mulher e conseqüente viabilidade de implantação de sistemas agroecológicos. São experiências que incluem as mulheres em sistemas produtivos alternativos, tanto à possibilidade da complementaridade de gênero, quanto à implantação efetiva do sistema produtivo.

Novas práticas, novos valores e também novas propostas de políticas acontecem nos locais onde as mulheres se organizam de forma autônoma e participam das dinâmicas sociais, criando condições para sua participação ativa nas decisões sobre o planejamento agrícola. Vi projetos de implantação de sistemas agroflorestais, por exemplo, tornarem-se mais diversificados na medida em que as mulheres sugerem a inclusão de novos produtos, cuja importância é avaliada tanto do ponto de vista da segurança alimentar como das possibilidades de geração de renda. A participação das mulheres nesses projetos não está dada, é resultado de uma conquista, e está associada à sua capacidade organizativa (PACHECO, 1999:2).

Portanto, se nas realidades agrícolas diferenciadas da convencional, a mulher encontra-se incorporada à unidade produtiva/reprodutiva, qual seria seu papel no processo de implantação da agroecologia?

Na década de 1950, inicia-se um debate político a respeito da *modernização da agricultura brasileira*, que, sob influência norte-americana e européia, resulta no movimento intitulado Segunda Revolução Agrícola, conhecido também como Revolução Verde. Esse movimento instituiu o modelo tecnológico que aperfeiçoou os históricos sistemas monoculturais em larga escala a partir da mecanização, introdução de técnicas modernas de irrigação e o emprego intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Assim, a partir de 1970, surge a oportunidade de um extenso mercado de máquinas, implementos, sementes e insumos agroquímicos (EHLERS, 1999). Nesse momento histórico, houve uma forte aproximação entre o processo de produção agrícola

e o industrial, de onde germina o termo “agroindústria” e, a partir do qual, a produção agrícola familiar passa a ocupar um papel intermediário (comprador de sementes e insumos e vendedor de matéria prima às agroindústrias) e subordinado ao capital.

A lógica científicista e monetarista da agroindústria ganhou importância gradativa nas relações econômicas. A família rural, geralmente reconhecida como “pequena agricultora de subsistência”, dedicava sua força de trabalho para o consumo do núcleo familiar e para o mercado⁴ local. A valorização e a grande capacidade de “sedução” do mercado capitalista disseminou princípios e valores que priorizam a produção para compra/venda em relação à produção para auto-consumo (WOORTMANN, 1978). Os espaços do sítio que abrigavam a força de trabalho dedicada ao mercado ganham importância e dimensão em relação aos espaços diretamente relacionados ao bem estar da família (fornecedores de alimento, medicamento, lazer, abrigo etc.). A atividade agrícola passa a dissociar produção e reprodução⁵ familiar, valorizando a primeira situação.

Assim, uma das consequências da modernização da atividade agrícola foi a transformação nas relações que envolvem o consumo alimentar da família rural.

Se antes o peixe vendido era o que excedia às necessidades do consumo familiar, que tinha preeminência no cálculo, agora o consumo familiar é o que sobrou, o que não foi vendido, pois a venda ganhou o lugar de preeminência. De “economia de excedente”, à maneira camponesa, passou-se a um consumo de sobras (WOORTMANN, 1992:47).

A transformação do produto e da lógica de produção agrícola camponesa possui consequências que ultrapassam a dimensão econômica. A agricultura camponesa detém a especificidade de ser, ao mesmo tempo, unidade de produção, unidade de consumo e conter laços de parentescos entre os membros que nela se inserem – a unidade familiar (HEREDIA, 1979). Nesse sentido, a lógica monetarista interfere na organização do sistema camponês em sua totalidade.

⁴ Ressalta-se que *mercado*, como neste caso, nem sempre se refere ao mercado capitalista contemporâneo. “(...) o mercado é um fenômeno humano que, ao nosso ver, não é estranho a nenhuma cultura conhecida” (Marcel Mauss, 1974:42). Segundo o autor, existem diferentes formas de mercado em realidades sócio-culturais distintas, que não se orientam pela lógica de acúmulo capitalista.

⁵ Reprodução familiar refere-se à manutenção do núcleo familiar em todos os seus aspectos constitutivos (subsistência, social, cultural, etc.).

(...) o processo de trabalho (da terra) possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero, (...). O significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas, embora possam operar em registros distintos. Em conjunto constituem uma forma de ver o mundo (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997:7).

Para reconhecer a dimensão dessas transformações, faz-se necessário compreender a lógica de organização da agricultura familiar a partir da divisão de trabalho feminino e masculino e seus conseqüentes limites territoriais. Dessa maneira, devido à intersecção entre as atividades produtivas (com a terra) e familiares, as relações sociais no campo são reconhecidas principalmente segundo a identificação dos membros da família aos espaços que eles transformam. Nesta organização territorial, pertence ao homem os espaços de fora – a roça – e à mulher os espaços de dentro – a casa⁶. Relaciona-se à mulher o consumo – coleta, alimentação – e ao homem a produção – caça, roçado, mercado (HEREDIA, 1979, WOORTMANN, 1997).

A agricultura moderna traz consigo algumas conseqüências importantes para o desequilíbrio social e de gênero dessas comunidades camponesas. A redução da propriedade, a inversão de valores e a desconsideração ao saber-fazer tradicional, podem ser comentadas como aspectos favoráveis à desvalorização dos espaços femininos. Em todos esses casos o agir social da mulher é substituído pelas facilidades oferecidas pelo mercado.

A redução da propriedade está vinculada ao fim do regime de posse livre da terra. No Brasil, “a apropriação da terra sob a forma capitalista remonta ao período de 1850, quando a Lei de Terras põe fim ao regime de posses livres e estipula que as terras só seriam apropriadas por meio de compra” (SILVA, 2004:16-17). As terras desde então se tornam posse dos grandes agricultores capitalistas, ficando os pequenos na condição de posseiros, colonos ou parceiros. As relações estabelecidas entre eles (grandes e pequenos), embora determinadas pelo capitalismo, mantinham as características das antigas relações existentes.

O direito consuetudinário definia essa organização social, que se caracterizava por uma união muito estreita entre terra (natureza) e família. A produção cultural, as festas religiosas, as relações de vizinhança e compadrio eram baseadas nessa união com a natureza.

⁶ No termo *casa* inclui-se os espaços hoje definidos como arredores da casa, quintal, terreiro...

As relações sociais eram primárias, isto é, todos se conheciam e todos tinham o mesmo sentimento de pertencimento comum ao lugar (idem, 24).

No entanto, a modernização da agricultura, com a intensificação das relações capitalistas no campo, promoveu a expulsão e exploração dos pequenos agricultores, quebrou a relação social existente, promoveu a expansão das fronteiras da monocultura e, portanto reduz ainda mais o espaço da agricultura familiar.

Diante da redução do território camponês, o espaço destinado à produção para o mercado (masculino) ganha importância em relação ao terreiro/quintal ou arredor de casa (feminino), e, portanto adquire maior área relativa ao tamanho do sítio.

“A dona do terreiro é Luiza, ela tem que varrer, a vontade dela é fazer um terreiro de cá até lá na beira do riacho. Eu por mim a lavoura vinha até a porta... eu gostaria de quebrar desde a porta mesmo, se fosse por mim o milho estava entrando pela parede, elas foram fazendo terreiro”
- Seu Pedro (HEREDIA, 1979:97).

A inversão de valores serve não apenas para desconstruir as relações tradicionalmente existentes, mas promove a supervalorização dos produtos do mercado. A alimentação produzida na propriedade passa a ser considerada inferior àquela comprada no mercado. Juntamente à desvalorização do espaço produtivo destinado ao auto-consumo, acontece a desvalorização da mulher enquanto ser social.

Nos anos 60, completa-se a transformação iniciada na década anterior, e se instauram outras mudanças que afetam negativamente a comunidade como um todo e a mulher em particular. Começa a se configurar uma alteração na relação de gênero, coincidente com a modificação das relações de subsistência do grupo doméstico. A mulher se torna cada vez mais dependente do marido, seja do peixe que ele traz para casa como alimento, seja do dinheiro auferido pela comercialização do pescado. Agora é com esse dinheiro que serão comprados o feijão, a farinha, o milho e outros alimentos, antes produzidos pela mulher (WOORTMANN, 1992:46).

A partir de 1960, as intervenções estatais não se limitaram à produção e comercialização dos produtos da agricultura, mas abrangeram as relações políticas e ideológicas. Como coloca claramente Moraes Silva (1983), a postura e ação do Estado coadunaram com os interesses de: (1) assegurar a reprodução ampliada do capital na agricultura; (2) assegurar a dominação do capital industrial; e (3) compor uma infraestrutura necessária à integração do capital à agricultura (construção de estradas, ampliação de rede de energia elétrica, construção de depósitos, armazéns, ampliação da

rede bancária etc). A ação do Estado passou a operar não apenas no mercado (no controle dos preços, intermediando comercializações etc), mas na *maneira de produzir*. A interferência no sistema produtivo garantiu obediência às determinações do sistema capitalista: maior produção e maior produtividade. As formas de intervenção estatal permearam o nível econômico, político e ideológico. Na economia, observou-se a *perda de autonomia* do pequeno proprietário sobre sua própria posse.

A maneira de produzir, segundo novos métodos, tais como adubação, uso de máquinas, defensivos, sementes selecionadas, são fatores que antes dependiam do seu próprio “savoir faire”, e que agora lhe são estranhas. (...) a propriedade econômica cada vez mais lhe escapa das mãos (SILVA, 1983:60).

Quanto às intervenções políticas, houve o favorecimento legal (Estatuto da Terra), o surgimento de aparelhos como o INCRA, a inserção no circuito bancário-financeiro (imposto territorial rural, programas de crédito e financiamentos à agricultura). Como intervenção ideológica houve a promoção da identificação à *idéia do progresso* através do trabalho dos pequenos agricultores, do cooperativismo, e a desarticulação das classes subordinadas, e sua conseqüente “polarização”, para evitar organizações independentes.

Por último, a desconsideração do saber-fazer tradicional facilita a aceitação do modelo cientificista e a conseqüente submissão do camponês. As técnicas modernas de produção agrícola e o resultado satisfatório em relação ao aumento dos índices de produção, simbolizam a superioridade da ciência moderna em relação aos conhecimentos tradicionais. A dominação ideológica do mercado capitalista conseguiu provocar o descrédito das populações tradicionais em relação às práticas produtivas construídas historicamente por eles próprios.

No final da década de 1960 ganham força os movimentos que propõem uma “agricultura alternativa” à agricultura moderna. A agricultura orgânica, biodinâmica, natural e a permacultura são exemplos de alternativas agrícolas que apontam para a necessidade de desviar o caminho que a produção agrícola vinha seguindo, pautando-se pela idéia de sustentabilidade ambiental. Na década de 1970, estudos sobre os países chamados de Terceiro Mundo e sobre o sistema camponês, voltam-se à necessidade de criar alternativas desde o campesinato, segundo preocupações não apenas ambientais,

mas também sócio-econômicas e culturais. Neste contexto surge a Agroecologia (GUZMAN CASADO; GONZALEZ MOLINA; SEVILLA GUZMAN, 1999).

Como sugere o termo, a agroecologia surge como possibilidade de intersecção entre a agronomia e a ecologia. No entanto, motivados pela análise das conseqüências sociais da revolução verde, os estudiosos do assunto reconheceram a necessidade de inclusão das ciências humanas (em destaque a antropologia, a sociologia e a geografia) e da discussão sobre as possibilidades de transformações dos paradigmas do modelo hegemônico de cientificidade. A agroecologia, portanto, não é uma ciência nem um modelo de produção agrícola, mas uma intersecção de discursos científicos, a partir da reflexão de aspectos ecológicos, culturais, sociais e econômicos que possibilitem a constituição de formas de produção equilibrados em tais aspectos e orientados para a busca de sustentabilidade.

Isto, em primeira análise, significa que a Agroecologia não é uma “coisa em si”, nem uma “tecnologia”, nem um “sistema de produção”, mas sim um enfoque, que é resultado de um processo histórico e dinâmico de (re)construção social cujo início data da década de vinte do século passado. O entendimento do que é hoje a Agroecologia e das indicações do seu “vir-a-ser” remetem, necessariamente, ao processo de sua (re)construção social, como condição de que seu entendimento não se reduza a uma adjetivação simplista e ahistórica. (IAMAMOTO, 2005:30).

Altieri reconhece o redirecionamento das pesquisas sobre a agroecologia, a partir da consideração das ciências humanas. Sevilla Guzmán, em maior completude, discute o processo de produção agrícola com abordagem sócio-ecológica e evidencia a necessidade de inclusão dos saberes e fazeres tradicionais na realização da agroecologia (idem, 2005).

Portanto, a agroecologia se diferencia dos demais movimentos de “tecnologia alternativa” principalmente pela abordagem “sistêmica”. Considera a necessidade de intersecção entre as diferentes ciências naturais e sociais para compreender a inter-relação entre os processos ambientais, econômicos e sociais. Além de ser um enfoque teórico-metodológico transdisciplinar, compreende a importância do fortalecimento do “tradicional” para estabelecimento de relação com o “novo”.

Muito relevante à abordagem desta pesquisa é compreender a proposta metodológica de utilização do conceito de “endógeno” (GUZMAN CASADO; GONZALEZ MOLINA; SEVILLA GUZMAN, 1999). A definição de agroecologia é pautada pelo princípio de que as alternativas de produção devem partir da própria comunidade, organizada e fortalecida quanto à identidade e valores locais. Valorizar as relações endógenas não significa manter-se estático, ou livre das relações com o novo, mas digerir o que vem de fora mediante uma adaptação à perspectiva etnoecológica de funcionamento do grupo social. Quando o “exógeno” não agride a auto-definição de qualidade de vida e respeita a identificação local, possibilita a integração do novo segundo valores tradicionais locais.

Para o planejamento agroecológico de uma área rural, os autores destacam a necessidade de alguns princípios que, como veremos, desafiam a lógica convencional de produção agrícola: (1) a integralidade, que propõe um manejo que envolva o aproveitamento dos diferentes recursos existentes na área, considerando a agricultura, a criação animal e a silvicultura; (2) a harmonia e equilíbrio entre desenvolvimento econômico e equilíbrio ecológico; (3) a autonomia de gestão e controle dos elementos chaves do processo; (4) a minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas, sendo elas relacionadas ao modelo agroindustrial e a ação destrutiva dos recursos naturais; (5) a manutenção e potencialização dos circuitos curtos, diante da valorização do mercado local, o fortalecimento interno e a compreensão sobre a complexidade das intenções e trocas estabelecidas nas relações com o exógeno; e (6) a utilização dos conhecimentos locais vinculados aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

Esses princípios orientadores do processo de construção da agroecologia são, em sua maioria, pautados por elementos que dependem de uma reconstrução histórica e da contraposição político-ideológica ao desenvolvimento agrícola atual. Há diferentes sistemas de manejo que condizem com os princípios agroecológicos. No entanto, os sistemas agroflorestais - SAF's - podem ser considerados um dos mais eficientes, devido a características que possibilitam a sucessão ecológica e diversificação do ambiente quanto aos estratos (GLIESSMAN, 2001). O termo “agrofloresta” foi atribuído às práticas que intencionalmente mantêm ou plantam árvores em consórcio com culturas agrícolas ou pastoreio. No Brasil, os SAF's podem ser considerados

sistemas de manejo que, se não plenamente ancorados em práticas agrícolas tradicionais, consideram substancialmente seus conhecimentos.

Incorporar árvores em agroecossistemas é uma prática com uma longa história. Isto é especialmente verdadeiro nas regiões tropicais e subtropicais, onde os produtores há muito plantam árvores junto com outras culturas agrícolas e animais para ajudar a satisfazer as necessidades básicas de alimento, madeira, lenha e forragem, e para ajudar a conservar e proteger seus recursos freqüentemente limitados (GLIESSMAN, 2001:490).

Muitos projetos que têm sistemas agroflorestais implantados – principalmente em pequenas propriedades/lotes – denominados de agroecossistemas ou simplesmente agricultura sustentável e vistos como “alternativas para o pequeno produtor”. No entanto, podemos identificar que a maior parte desses projetos ainda não criou um território agroecológico no qual a família camponesa seja a principal agente interventora. Seus gestores ainda não conseguiram promover o enfoque agroecológico a ponto de estimular um efetivo anseio ao equilíbrio ecossistêmico, transformação econômica e o resgate cultural das relações sociais e de gênero.

Nessas experiências, a presença das ONG's ou das instituições responsáveis é indissociável e mais representativa do que a das famílias rurais/tradicionais ou camponesas. Essas famílias acabam por tornar-se objeto de ação das instituições técnicas e mão-de-obra, muitas vezes assalariadas, do que agentes centrais da gestão. Além de, muitas vezes, serem utilizadas como peças publicitárias na divulgação dos “bons resultados de sustentabilidade econômica”. Essa dinâmica de trabalho acontece muito freqüentemente, pois os proponentes dos projetos atuam segundo a lógica cientificista já discutida, alimentando nessas famílias a expectativa de estabelecer relações que possibilitem sua inserção no mercado capitalista.

A agroecologia, enquanto proposta teórica, não pretende conviver com a lógica estabelecida durante a revolução verde e propõe o fortalecimento das especificidades étnicas tradicionais. No entanto, como prática, ela tem fortalecido a inserção desses grupos à lógica monetarista do mercado capitalista.

Quais são, então, as possibilidades de implantação de um sistema de produção efetivamente agroecológico? Se a agroecologia tem como uma de suas condições a

recuperação da organização histórico-cultural camponesa (tradicional), não seria necessária a valorização dos espaços historicamente considerados femininos? Quais as possibilidades de alcançar a complementaridade de gênero e (re)construir o sistema camponês/familiar? Não será necessária a reorganização dos elementos constitutivos da atividade agrícola atual, historicamente moldado para possibilitar a agricultura moderna, como forma de viabilizar a agroecologia?

O CONTEXTO DA PESQUISA

A dimensão empírica desta pesquisa foi desenvolvida durante o acompanhamento e participação no projeto *Recuperação e Conservação Ambiental através do Desenvolvimento Agroflorestal em Comunidades e Assentamentos no Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema, SP*⁷ (Projetos Demonstrativos do Subprograma do Ministério do Meio Ambiente - PDA Mata Atlântica), na região do Vale do Ribeira-SP, municípios de Cajati, Sete Barras, Barra do Turvo e Cananéia.

Para identificação da condição feminina nas comunidades envolvidas no projeto, cumpriram-se os seguintes objetivos: (1) um breve e localizado levantamento histórico sobre a relação das mulheres com a terra/agricultura; (2) um diagnóstico dos limites de espaços masculinos e femininos; e (3) um diagnóstico da participação das mulheres nas comunidades envolvidas no PDA Mata Atlântica. Durante o trabalho de campo utilizou-se o método de observação participante, como forma de apreender as diversas concepções de práticas que compõem a realidade observada. Além disso, as análises foram realizadas a partir de entrevistas semi-estruturas, realizadas com mulheres de 28 famílias (direta ou indiretamente envolvidas com as atividades do projeto PDA Mata Atlântica), distribuídas nos municípios de Cajati, Sete Barras e Barra do Turvo.

⁷ O projeto possui 36 meses de duração (entre os anos de 2006 e 2009). O acompanhamento e a participação aconteceram durante o período de realização do estágio profissionalizante (quatro meses). A partir dessa breve apresentação do projeto "Recuperação e Conservação Ambiental através do Desenvolvimento Agroflorestal em Comunidades e Assentamentos no Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema – SP" nos referiremos a ele como projeto PDA Mata Atlântica, como acontece corriqueiramente e por questões de facilidade de leitura.

O primeiro objetivo não teve a pretensão de obter relatos “verídicos” ou sistematicamente documentados. Pretendeu-se evidenciar as concepções da relação feminina com a natureza/prática agrícola existentes na memória das mulheres que compõem o universo de pesquisa. Procurou-se relacionar, portanto, as evidências observadas durante a coleta de dados aos possíveis conhecimentos e práticas agrícolas consideradas tradicionais da região e à situação agrícola atual.

SOBRE OS MUNICÍPIOS E AS MULHERES ENTREVISTADAS.

Os municípios envolvidos no trabalho são Cajati, Sete Barras, Barra do Turvo e Cananéia. Em Cajati, a realidade apresentada relaciona-se diretamente com as consequências da mercantilização dos espaços da agricultura familiar. A dependência dos recursos da cidade caracteriza a situação de transferência da família do sertão para a vila, portanto, da distância em relação ao sítio. Além desta, e talvez a ela relacionada, está a realidade de muita violência, física e moral, contra a mulher. Quanto aos agricultores e agricultoras integrantes do projeto PDA Mata Atlântica, existe uma forte identificação coletiva, além da presença constante do riso e da sátira. As mulheres comparecem nos encontros, porém permanecem a maior parte do tempo deslocadas do espaço principal, na cozinha.

Barra do Turvo é um município pioneiro quanto às experiências em SAF's (desde a intervenção do Ernst Götsch, em 1995). No entanto, encontrou-se situações de muita desigualdade entre gêneros e subordinação feminina. Além disso, fez-se contato (breve) com uma experiência de trabalho diferenciado em relação ao projeto PDA Mata Atlântica. Trata-se de uma cooperativa (Cooperafloresta) de agricultores(as) familiares cujo projeto de implantação de SAF's reconhece as diferenças entre os gêneros e, portanto, aparentemente, possui ações nesse sentido coerentes com a proposta agroecológica.

O bairro Guapiruvu, em Sete Barras, possui uma organização comunitária (“bairro rural”), que segue orientações da Agenda 21. A Associação Guapiruvu – AGUA – formou-se durante a construção da Agenda 21 regional e, juntamente com a Cooperagua (Cooperativa Guapiruvu) orienta os trabalhos de seus associados, contribui

para o estabelecimento de parcerias institucionais (principalmente ONG's) e do compromisso em respeitar os paradigmas orientadores da atividade produtiva, como por exemplo, ecodesenvolvimento. A busca por autonomia e maior organização social facilita o envolvimento do grupo e possibilita uma relação diferenciada com a instituição proponente do projeto. As mulheres, mesmo num ambiente mais articulado com ações inovadoras, pouco estão nelas contidas.

Em Cananéia, além de conhecer outro SAF referência, há um grupo composto por algumas mulheres inteiramente responsáveis pela implantação dos SAF's (por impossibilidade de saúde dos maridos). Constituem, portanto um grupo bastante interessado em implantação de quintais agroflorestais e turismo. Uma dificuldade específica é a articulação da realização simultânea de projetos. Além do PDA Mata Atlântica, o mesmo grupo participa de outros projetos e instituições.

As mulheres entrevistadas são pequenas agricultoras de baixa renda, faixas etárias bastante distintas, variando de 15 a 95 anos de idade. Todas as agricultoras adultas são casadas, e as jovens moram com os pais. O nível de escolaridade encontrado varia entre o analfabetismo e o nível médio. Foram entrevistadas 28 mulheres, que encontram-se numericamente bem distribuídas nos municípios de Cajati, Barra do Turvo e Sete Barras. Por esta pesquisa se tratar de um tema que envolve relações privadas e questões sociais que podem implicar em reações desagradáveis às mulheres entrevistadas, optou-se pelo anonimato. Os nomes que serão aqui citados são fictícios, usados apenas para possibilitar uma leitura agradável do texto.

Os espaços masculinos e femininos

A discussão sobre os limites e características de espaços masculinos e femininos é interpretada aqui a partir da concepção de espaço do geógrafo Milton Santos. Para diferenciação territorial a partir dos gêneros, observaram-se as relações de uso da terra, seus produtos e respectivos valores de uso e/ou troca, assim como as demais relações estabelecidas no interior das comunidades e desta com o meio externo. Desta maneira, busca-se uma totalidade que englobe a ação social sobre determinada paisagem.

(...). Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais ou artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 1997:1).

Desse modo, houve a preocupação, durante a identificação dos espaços femininos e masculinos, de compreender as relações dos seres humanos entre si e com a natureza, para garantir a observação dos espaços em sua totalidade e não apenas o conteúdo material existente no ambiente. Além disso, é também importante lembrar a potencialidade de transformação e reconstrução dos espaços e, portanto, das relações estabelecidas em determinado ambiente.

O que nos interessa é o fato de que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado de sua relação com os demais elementos e com o todo (SANTOS, 1997:1).

Assim, quando se afirma que pertence ao homem os espaços de fora (a roça) e à mulher os espaços de dentro (a casa), ou ainda que, se relaciona à mulher o consumo e ao homem a produção (HEREDIA, 1979, WOORTMANN, 1997) estamos considerando uma abrangência analítica que permeia aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais, situados historicamente. A complexidade oferecida por essa abrangência não nos permite criar uma fórmula capaz de determinar a que gênero “pertence” cada espaço, ou ainda obter uma “classificação esquemática” dos espaços segundo o gênero feminino e masculino. Pretende-se, portanto, captar o processo de significação e re-significação das relações entre os gêneros.

Os *espaços de fora* podem ser aqueles mais distantes da casa (o pasto), os que inviabilizam o retorno diário ao lar (o sertão⁸); assim como podem ser espaços próximos cujo produto do trabalho não possui relação direta com o funcionamento da casa (área de plantas medicinais destinadas à venda para produção de cosméticos). Os *espaços de dentro* podem ser aqueles mais próximos a casa (criação de pequeno porte, horta,

⁸ A palavra *sertão* é utilizada desde os primeiros dias de colonização até os dias de hoje. Como comenta Metcalf, “a palavra sertão (...) designava o desconhecido, a imensa vastidão. Nos mapas, o sertão designava o interior do Brasil, os territórios sob controle dos índios e a floresta virgem que poderia ainda existir em torno dos povoados” (1996:420). A palavra ainda mantém sua significação dentro do contexto histórico atual.

quintal), os que fornecem os mantimentos à família (roça branca⁹), ou que cumprem uma função social, coletiva e/ou de caráter educacional (igreja, escola). Portanto, *dentro* e *fora* são termos usados para caracterizar não apenas uma localização geográfica, mas as relações pessoais e com os recursos naturais. Os *espaços de dentro* são espaços domesticados, importantes para o consumo interno (tanto da família como da comunidade) e a reprodução da comunidade segundo aspectos sócio-culturais. Os *espaços de fora* oferecem relação com o desconhecido, têm características que o distanciam socialmente das relações familiares ou do núcleo comunitário ou, ainda, são fornecedores de produtos para um mercado externo às relações comunitárias.

Na realidade pesquisada foram observados alguns casos que contribuíram para a compreensão da teoria proposta por Woortmann e Heredia, a respeito da identificação dos espaços femininos e masculinos: Raquel conta que tinha uma roça onde plantava feijão, mandioca, inhame, e outros alimentos *para a família*, mas diz que agora não sente mais vontade de manter esse cultivo, pois teria que trabalhar sozinha. Raquel tem os filhos já adultos morando (com exceção de um deles) na cidade. A roça não se encontrava distante do que é considerado quintal (ou casa). A área hoje virou pasto. “Seu” Vinicius tem como seus os espaços da horta (*fonte de renda da família*), dos SAF’s (*projeto da ONG PROTER*) e a área, próxima a casa, de maracujá doce (*plantados para produção de cosméticos – projeto Consorcio Terra Medicinal/Natura*). O trabalho de sua esposa na horta é fundamental para manutenção desta atividade produtiva, mas “Seu” Vinicius não reconhece a importância desta função da esposa.

Sendo característica de *espaços de dentro*, a mulher também costuma responsabilizar-se pelos afazeres voluntários ou não remunerados, que normalmente estão relacionados a atividades coletivas e/ou permeadas por objetivos e princípios não-materiais. Na região estudada, observou-se que: das atividades realizadas por Raquel, a que mais valoriza é o oferecimento voluntário do curso de pintura. Ela borda e pinta panos de prato, mas reconhece a necessidade de realizar um artesanato que não dependa de matéria-prima industrializada. Durante as aulas ministradas por ela, há uma preocupação em estimular a reflexão sobre assuntos sócio-ambientais pertinentes a

⁹ Roça branca é o nome usado pelos(as) agricultores(as) para denominar a roça da feijão, milho, mandioca (auto-consumo).

realidade do grupo (*intervenção social educativa*). Raquel vende o artesanato que produz, mas a atividade de pintura é realizada por ela apenas nos “momentos de inspiração”, e o produto do seu trabalho é, muitas vezes, doado em forma de presente a pessoas queridas.

Apesar de ser comum a associação entre trabalho leve e esfera feminina, assim como trabalho pesado e esfera masculina, esta relação não tem necessariamente relação direta com o peso ou o esforço exigido pelo trabalho. Talvez a origem desta classificação possa estar relacionada com o desafio oferecido ao homem durante sua função de enfrentar e domesticar o desconhecido, em oposição ao aconchego, cuidados e segurança oferecidos a ele pela mulher através do núcleo familiar. No entanto, essa caracterização do trabalho feminino como leve, além de não ser real, acaba por desvalorizar a atividade feminina e, portanto, a função social da mulher.

São elas que realizam o processamento dos produtos do sítio *destinados à alimentação da família*, trazidos pelo marido ou colhidos por elas próprias. São geralmente atividades que dependem de força, habilidades manuais, ritmo, conhecimentos tradicionalmente femininos e cuidados específicos. Encontrar o “ponto” de torrefação do café depende de grande experiência, como dizem as agricultoras, o café “segura o calor” mesmo depois de tirado do fogo. Além disso, as agricultoras entrevistadas comentam que depois de torr-lo devem ter cuidado para que elas não adoeçam, deve-se dormir sem mexer com água ou qualquer exposição à friagem. A mandioca, por sua vez, até transformar-se em farinha, consome muita força e suor, assim como o arroz que deverá ser “pilado” e o feijão “batido” para livrar-se da vagem. Além disso, por serem conhecedoras da técnica, donas da habilidade e simbolicamente relacionadas ao processamento do produto agrícola, algumas das mulheres observadas durante a pesquisa, foram incorporadas na produção destinada ao *mercado externo às relações intra-comunitárias*.

Dona Isabel e sua irmã Virginia produzem a banana chips e Patrícia produz banana passa, ambas agroecológicas, que são posteriormente comercializadas nos municípios próximos, em Curitiba, e de maneira incipiente, na grande São Paulo. A participação no processamento do produto agroecológico não as envolve nas discussões e aprendizados sobre a agroecologia. A natureza do produto (se agroecológico ou não) é

indiferente, a não ser quanto à agregação de valor. Assim como o processamento da banana, a condição de ser “agroecológica” também garante maior retorno econômico. Contudo, a participação feminina nesse processo por si só não altera as relações de produção; são apenas ferramentas usadas num espaço masculino, dominado pela mesma lógica do mercado hegemônico de produção. Dona Beatriz é uma das poucas na região que ainda sabe fazer o café em pó. Ela o produz para consumo familiar. Quando questionada sobre a possibilidade de vender café em pó agroecológico diz que “já havia pensado em vender, mas...”; o silêncio de Dona Beatriz reflete sua não-inserção no universo agroecológico, estranho à sua condição feminina.

O trabalho das mulheres realizado em espaços masculinos é normalmente considerado pelos homens como “ajuda”, e aqueles realizados nos espaços que caracterizam seu próprio gênero são considerados “cuidado”. Tanto a “ajuda” como o “cuidado” não são vias de reconhecimento social, como é o trabalho. Algumas mulheres “reconhecem” que *trabalhavam* na roça, enquanto seus maridos dizem que elas *ajudavam* na roça. Isso pode ser verificado nas expressões usadas pelas entrevistadas: Dona Ana, por exemplo, *cuida* da casa, da horta e da criação, mas antigamente também *ajudava* seu marido com a roça. Dona Valéria sente dores nos braços, “de tanto trabalhar quando menina” e diz que agora não consegue mais *trabalhar*. Ela “somente” *cuida* da criação (porcos e galinhas), da casa, frita banana e amendoim para vender (em mercados próximos e no bar do marido). Muitas vezes após o trabalho desgastante, que lhe provoca tonturas devido à exposição ao óleo fervente dia e noite, trabalha como atendente no bar do marido. A horta de Valéria fica depois do morro por causa da disponibilidade de água, e portanto, como não está bem de saúde, “é ele (marido) que tá *cuidando* da horta, não tá muito bonita... porque ele *cuida*, mas não é que nem a gente...”. Afinal, o trabalho na horta é geralmente feminino.

Em relação aos espaços de comercialização, os homens se responsabilizam pelas de grande porte, mas as vendas consideradas pequenas e que geralmente dependem do relacionamento com um público maior, são responsabilidades assumidas pelas mulheres.

(...) eles preferem e têm uma aceitação social melhor se trabalham com produtos que têm volume, mesmo esses sendo menos rentáveis por área do que certas “miudezas”. A maioria das mulheres é

responsável por todo trabalho que envolve os produtos da feira (BURG, 2005:102).

Na realidade pesquisada, as mulheres são responsáveis pelas vendas da feira, do bar, e do ponto de venda dos produtos agroflorestais (banana passa, chips, licores, polpa de palmito juçara e pimentas) na comunidade. Os homens são responsáveis pela venda da banana (caminhão de banana) ao atravessador, assim como as vendas maiores (mercado regional) dos mesmos produtos agroflorestais. O ponto de venda dos produtos agroflorestais do bairro Guapiruvu geralmente é entregue aos cuidados das mulheres. Foi Patrícia quem nos vendeu a polpa de Jussara e as bananinhas passas. No entanto, quando um jornalista foi até o bairro para escrever uma reportagem sobre as experiências produtivas, foi Márcio, marido dela, quem o recebeu e o acompanhou durante a tiragem de fotos do ponto de vendas. Este local, quando cumpre a função de venda de “miudezas”, compõe um espaço feminino. Mas, quando o mesmo local, estabelece possibilidades de relação com o mundo externo, transforma-se em espaço masculino.

Portanto, a partir da definição do conceito de espaço e dos exemplos que evidenciam os gêneros como sua parte constitutiva, pode-se refletir sobre a impossibilidade de dissociação do sistema produtivo e as relações sociais de produção e reprodução dessas comunidades. Não seria compreensível que para a (re)construção do sistema produtivo agrícola seja necessário uma (re)construção das relações sociais de produção? Ou ainda que, se pretende-se evitar a repetição da lógica hegemônica de manejo dos recursos naturais, também não se deve evitar a mesma lógica quanto às relações de gênero estabelecidas durante a constituição dos espaços?

Modernização da agricultura

Como vimos na introdução deste artigo, a ação do Estado não é apenas permissiva à introdução e consolidação das relações capitalistas de produção, mas colabora com elas. A partir da aglutinação da força do capital e do poder estatal, os recursos oferecidos por ambos alcançam importância e conteúdo similares. A educação (escolas), saúde (hospitais), e o consumo (mercados) oferecido nas cidades tornam-se os únicos meios de sobrevivência. A partir de então, os sítios que se encontram muito

distantes das condições capitalistas de sobrevivência (sertões), devido à falta de recursos – escola, hospital, mercados, estradas, energia elétrica etc – não oferecem mais condições necessárias à família e, portanto, gera-se o deslocamento da habitação familiar rural para a vila. Portanto, essa situação não apenas monetariza as relações de produção, mas transforma as relações familiares.

Na região pesquisada, o deslocamento da família, do sertão para a vila, perturba mais diretamente as mulheres. Dona Beatriz conta sobre sua aflição por estar morando num lugar onde as casas encontram-se próximas uma das outras: “aqui não dá para ter criação”. Ela preocupa-se com a invasão da criação nas hortas. “Não dá para ter uma horta, uma planta, que a criação do vizinho estraga”. Além disso, na vila “a terra já está estragada, não presta (...) as flores ficam feias”. Dona Beatriz gostaria de voltar a viver no sertão. Os espaços que pertenciam a ela foram reduzidos apenas a dimensão interna da casa, que, ainda assim, não funciona mais como antigamente. Naquele tempo, todo o consumo da família era processado em casa, compravam apenas o sal, querosene e tecidos. Seu marido, “Seu” Fabio, passa a semana no sertão, longe da família.

A transformação do modo de produção, devido à modernização da agricultura e a necessidade dos recursos urbanos, causam dependência em relação ao consumo mercadológico. A imposição da necessidade de maior produção e produtividade, impossibilita as atividades para auto-consumo. Além disso, as “facilidades” oferecidas pelo mercado capitalista alteram não apenas as relações com o mercado, mas as relações sociais estabelecidas na família.

A violência de hoje contra as mulheres, percebida como um fato novo, é atribuída por elas à ambição que teria acometido os homens, mas é também atribuída à perda dos espaços tradicionais da mulher, pois foi essa perda que as fez parecer “preguiçosas” aos olhos dos homens e que conduziu à perda do respeito (WOORTMANN, 1992:54).

No caso estudado, durante a entrevista, Raquel conta sobre a independência dos produtos do mercado nos tempos de antigamente. Diz que a alimentação era, com exceção do sal, toda produzida no sítio. Comenta sobre as diferenças do trabalho da mulher em relação ao que é hoje, e acredita que a “tecnologia” causou o *comodismo*. Dona Ana relaciona a “ vaidade” (ou preocupação com a estética feminina moderna), com o distanciamento das atividades de antigamente. Diz que as mulheres de hoje estão

“preguiçosas”, pois “só aceitam as coisas prontas (...) querem sempre estar arrumadas e enfeitadas, mas o que deveria estar em ordem (a casa) não fica”. Comenta que, agora que não pode mais trabalhar (adoeceu) e a casa fica aos cuidados das filhas, a casa fica pior que “chiqueiro” de porco “porque o chiqueiro dos meus porcos estava sempre lavadinho e com comida”.

Além disso, principalmente após a denominada revolução verde, o trabalho agrícola cada vez menos depende dos modelos “coletivos” de organização de trabalho. Os insumos químicos, maquinário e sistemas de monocultivo são ferramentas que consolidam o individualismo ideologicamente estimulado na sociedade desde então. Portanto, as práticas comunitárias de preparo da terra e plantio, geralmente denominadas *mutirões*, são gradativamente substituídas pelas técnicas modernas de produção e, portanto, pela dependência do mercado externo à unidade produtiva. O processo de ajuda mútua, predominante nas sociedades rurais, fica esquecido e as famílias rurais sofrem, a cada dia, maiores dificuldades econômicas e sociais.

Na realidade pesquisada deparou-se com a saudade “daquele tempo”. A agricultora Raquel, conta que as famílias trabalhavam sempre juntas. Faziam os *mutirões*. Após um longo dia de trabalho recebendo a ajuda dos parentes e vizinhos, o dia era festejado. Recorda que as mulheres preparavam os “comes e bebes”, havia muita música (viola) e muita dança (São Gonçalo). Ela diz que deseja resgatar esses costumes, mas não sabe como, pois “hoje as famílias se preocupam apenas com o próprio sítio”. Comenta ainda que o trabalho em *mutirões* possibilitava maior aproveitamento do tempo (divisão de tarefas), coisa que hoje dizem estar em falta.

As “leis” capitalistas de produção alteram a relação das agricultoras e dos agricultores com o fator tempo. Portanto, de acordo com essas “leis”, o tempo deve ser maximizado para produção de mercadoria. A rotina dos produtores capitalistas deve ser sempre produtiva, e para isso o tempo deve ser completamente ocupado pelo trabalho mercantilista. A busca pelo “aproveitamento” do tempo é tão grande que gera uma forte impressão de que *não há mais tempo para viver*. O tempo histórico, que estabelece os conhecimentos tradicionais, deve então ser esquecido.

O tempo, relacionado à representação que fazem as mulheres sobre si mesmas, surge através do espaço. Há um tempo que houve no passado, ou antigamente, tempo em que não se tocava em um fio de cabelo da mulher. Era sobre tudo o tempo em que existe um espaço, as *soltas*¹⁰, uma época em que “sempre foi assim”, que marca o contraste com o presente, na relação com os homens. Trabalhadoras no passado; “preguiçosas” hoje. Respeitadas no passado; agredidas hoje. (...) O tempo, em qualquer lugar, pode ser construído de diferentes maneiras, pois ele é sempre contextual. (...) Existe também, e hoje mais que ontem, o tempo diário, no qual alocam suas várias atividades, assim como aquelas de seus filhos. Desse ponto de vista, as mulheres “têm menos tempo” que os homens. (WOORTMANN, 1992:55).

Valéria comentou o fator tempo quando discute a diferença entre a mulher “de hoje” e a de “antigamente”. Pontua as diversas tarefas cumpridas tradicionalmente pelas mulheres (entre elas: arrumar a casa, fazer comida na lenha, cuidar de mais de muitos, cuidar da criação, ajudar o marido na roça), depois comenta sobre as facilidades que vivem as mulheres de hoje, capazes de diminuir o tempo de trabalho, a ausência de hortas e das criações (pequeno porte). Diante dessas diferenças, diz não entender a falta de tempo que permeia nossas vidas. Valéria não concorda que as mulheres mudaram, que ficaram preguiçosas ou menos corajosas, mas diz que “é a vida que está muito diferente”. Recorda que “não há absolutamente nada que eu faço hoje que seja igual ao que eu fazia antigamente (...) hoje dou milho comprado para as galinhas, cozinho no gás, fumo papel...”.

O tempo é percebido pelas mulheres através de pares de oposições. Antigamente era um tempo de fartura, um tempo de respeito, um tempo em que “se morava como gente”. Hoje, tempo esquisito, é um tempo de precisão, de violência resultante da ambição, um tempo em que “se mora que nem caranguejo” (WOORTMANN, 1992:54).

É possível afirmar, portanto, que a modernização da agricultura, como consequência da lógica de produção capitalista, construiu relações espaço-tempo que possibilitam a desintegração da família rural e a exclusão da mulher das relações de produção. Esse processo parece bem evidente na agricultura familiar presente no Vale do Ribeira.

¹⁰ As terras *soltas* eram os espaços tradicionalmente mais importantes do ponto de vista das mulheres (comunidades “pesqueiras” do nordeste). Terras onde se realizava a agricultura, de apropriação comunitária, de onde as mulheres derivavam seu reconhecimento social.

DESVALORIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO FEMININO.

Ao longo do processo de incorporação da agricultura familiar à lógica de modernização da agricultura, os espaços do sítio sofrem transformações dimensionais e valorativas. Aqueles espaços associados a alguma possibilidade de renda, avançam sobre aqueles associados ao sustendo e bem estar da família. Isso significa que os espaços masculinos passam a ocupar maiores dimensões e a serem considerados mais importantes que os espaços femininos.

Além disso, o trabalho desenvolvido pelas mulheres perde importância diante da valorização dos produtos alimentícios e farmacêuticos oferecidos no mercado. O produto comprado no mercado é gradativamente substituído e considerado melhor do que aquele produzido em casa, pelas mulheres. Assim como o “poder de cura” dos chás, feitos comumente de plantas retiradas do mato ou da horta, parece não mais convencer a família. O produto industrializado carrega consigo uma carga ideológica que promove a satisfação imediata do consumo e aparente promoção de *status* social. A dependência em relação ao dinheiro supera as possibilidades de viver a partir do trabalho da terra. Dedicar-se a um trabalho que poderá oferecer recurso financeiro torna-se ideologicamente mais importante do que fazê-lo com intuito de alimentar-se.

Durante a pesquisa em campo notou-se a formulação de uma relação da produção para auto-consumo à falta de oportunidade financeira. Dona Angélica acredita que a descapitalização oferece coragem às mulheres, quando afirma que, “sinto vontade de agradecer por ter sido criada em situação de pobreza”. Pois diante da falta de recurso financeiro sua mãe utilizava “as coisas do mato”. Diz que hoje entende a importância de ter sido criada a partir de recursos inteiramente naturais. A “pobreza” citada por Dona Angélica refere-se basicamente à falta de dinheiro. Num outro momento da entrevista ela conta que aquela “era uma época onde ninguém passava fome”

“Seu” Vitor conta que as pessoas não ficavam doentes como ficam hoje, “tem um monte de doença de hoje que não existia”. Conta que quando ficava doente, tinha sempre uma coisa em casa que resolvia. “É que a gente comia comida boa, da terra”. A situação acima apresentada demonstra a desvalorização do conhecimento tradicional e

supervalorização do saber científico. O modelo cientificista de produção expande sua base ideológica à esfera das relações sociais como um todo.

O argumento em favor de privilegiar uma forma de conhecimento que se traduzia facilmente em desenvolvimento tecnológico teve de confrontar-se com outros argumentos em favor de formas de conhecimento que privilegiam a busca do bem estar e da felicidade ou a continuidade entre sujeito e objeto, entre natureza e cultura, entre homens e mulheres e entre seres humanos e todas as outras criaturas. A vitória do primeiro argumento explicou-se em parte pela crescente ascendência do capitalismo e das potencialidades de transformação social sem precedentes que trazia no seu bojo. A vitória teve de ser tão completa quanto as rupturas que se pretendiam com a sociedade anterior. E, para ser completa, teve de envolver a transformação dos critérios da validade de conhecimento em critérios de cientificidade do conhecimento. A partir de então a ciência moderna conquistou o privilégio de definir não só o que é ciência, mas muito mais que isso, o que é conhecimento válido. (...) Por outro lado, ao incidir sobre outras formas de conhecimento, essa “destruição criadora” se traduziu em epistemicídio (SANTOS, 2005:21).

Outro saber desprezado a partir do cientificismo é a função materna de educadora. Compreendia à mulher, a prática pedagógica que permitia aos filhos e filhas a continuidade do modo de vida tradicional. Ao pai recai a responsabilidade de líder e representante da família, mas à mãe era atribuída a função de educadora. No entanto, com a desvalorização dos saberes tradicionais e a valorização da escola – instituição historicamente moldada aos interesses da lógica capitalista – novamente a mulher perde seu espaço. O que é “certo” e “errado” passou a ser ensinado não mais pela família (mãe), mas por representantes de uma instituição, que no caso do ambiente rural, promove valores urbanizadores e individualistas. Devido à crença na superioridade da ciência, raramente as agricultoras reconhecem a escola como responsável pela inversão dos valores “do campo”. O acesso ao “verdadeiro” conhecimento é relacionado unicamente à escola e, portanto os ensinamentos dos professores e professoras não devem ser questionados.

Importante consequência da “nova” relação de produção (modernização da agricultura) é a desvinculação do trabalho produtivo e reprodutivo, anteriormente totalizado como “trabalho familiar”. O modo de produção atual inviabiliza a produção tradicionalmente familiar, provoca uma separação no cotidiano de trabalho do homem e da mulher, e desfaz o que Woortmann chama de complementaridade.

Tanto em grupos “pesqueiros” como entre camponeses agricultores, homens solteiros e mulheres sem marido são impossibilidades sociais. A mulher, segundo sua própria percepção, e segundo aquela dos homens com quem falei, era considerada uma parceira do homem, mais do que alguém dependente do marido (idem p. 44).

Olhando seu passado, as mulheres vêm sua condição de então como sendo uma condição que se poderia chamar de *complementaridade equilibrada*, transformada para a maioria em *dependência subordinada*. Essa transformação resulta da invasão do espaço/ambiente por forças sociais externas ao *mundus* das comunidades locais. Isto é, da subversão de significado do espaço/ambiente (1992:57).

A realidade observada nesta pesquisa não foi diferente da apresentada por Woortmann: Dona Cristina, que viveu esse momento de transformação do modo de produção, não se conforma com o que denomina “separação da família”. Estranha a situação dos homens trabalharem sozinhos na roça, enquanto as mulheres ficam em casa e os filhos ficam alheios às atividades da família. Conta que “no seu tempo” homem, mulher e filhos se ajudavam, compunha uma mesma dinâmica de trabalho.

O estranhamento do mundo perceptível na fala de Dona Cristina, relaciona-se com a ausência de complementaridade na família e com a separação existente entre família e trabalho. Conta que “no tempo de antigamente”, a família ia junto para a roça. As crianças menores eram colocadas em balaies, muitas vezes penduradas e cuidadas pelos irmãos mais velhos. Conforme as crianças iam crescendo, aprendiam pelo exemplo, eram ensinadas pela mãe e ajudavam nos serviços mais leves. A família retornava para casa e lá também dividiam as tarefas (conforme identificações de gênero e geração).

É importante lembrar que a mulher rural também pertence a uma sociedade que herdou o patriarcado e a dominação masculina dos colonizadores. A realidade rural brasileira transita entre a identificação cultural indígena, com concepções sociais e de gênero diferenciadas da cultura ocidental contemporânea, e a cultura ibérica imposta durante a colonização brasileira (ARRUDA, 2000). No entanto, mesmo considerando a nítida predominância da cultura patriarcal existente nesse ambiente, é possível compreender a relação de complementaridade (talvez não harmônica) entre os gêneros, assim como a possibilidade de valorização dos espaços de construção do feminino como ser social.

Além da separação da noção de produção e reprodução, há alguns elementos constitutivos da dinâmica de trabalho, observados durante a pesquisa e comentados por Silva (1983), que consolidam a transformação da “agricultura familiar”: (1) a existência de membros da família que já se proletarizaram e não pertencem mais à dinâmica de trabalho da unidade familiar – que acontece especialmente com os jovens; (2) a presença do trabalho assalariado dos não membros da família – muitas vezes substituindo o trabalho dos filhos e da mulher; (3) o grau de inserção da unidade de produção ao mercado capitalista e (4) a superexploração da força de trabalho “não-remunerada”.

É importante refletir sobre a “não remuneração dos membros da família” e observar a importância que os *membros não remunerados* têm no estabelecimento das relações de produção impostas. As mulheres, majoritariamente, enquadram-se neste grupo. Portanto, a força de trabalho feminina contribui para o baixo preço dos produtos encontrados hoje no mercado. Assim como, a falta de reconhecimento das suas atividades também garante a legitimidade da superexploração.

É esta superexploração que engendra o baixo valor das mercadorias produzidas, já que para a determinação do valor destas mercadorias, o tempo de trabalho socialmente necessário – medida de valor – não se refere ao tempo de trabalho destas unidades em particular, mas ao conjunto da esfera de produção. Aí tem-se que o sobretrabalho destes membros é captado fora destas unidades de produção, através do mercado (SILVA, 1983:59).

Portanto, a desigualdade valorativa de gêneros potencializada durante a “modernização” das relações de trabalho, são componentes econômicos e ideológicos, importantes à manutenção da lógica capitalistas de produção. A desvalorização ou desaparecimento dos espaços femininos – as áreas de cultivo doméstico, criação de pequeno porte, processamento do alimento, produção de remédios, a educação dos filhos e companhia do marido – geram a desconsideração necessária à mulher para que o sistema familiar se inviabilize.

TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES

A reflexão sobre as transformações dos valores pretende dimensionar a inversão da lógica de organização camponesa à lógica de organização capitalista. Ainda que apagados, os paradigmas da unidade familiar de produção e reprodução encontram-se na memória e coração dos mais velhos, impedidos socialmente de se realizarem. Os jovens de hoje não podem compreender o que foi “fartura”, “unidade familiar”, “saúde”, “ajuda mútua” ou “solidariedade”, tudo isso que foi vivido com muito esforço pelos pais de seus avós. Ouvindo os mais velhos, percebe-se a existência de valores, quase apagados e muito desvalorizados, antagônicos aos atuais. Esses valores provavelmente tenham algo a ver com as feições serenas, capacidade de sorrir, de sentir simples prazeres e de reconhecer com felicidade a “pessoa” existente dentro de cada.

A capacidade corrosiva do capitalismo sobre o modo de vida tradicional, é reconhecida historicamente pela concepção marxista. Independente das transformações históricas regularmente vividas pelas sociedades, o surgimento do capitalismo e sua capacidade “infecciosa” destaca-se de maneira peculiar, semelhante nos diversos cantos do mundo. Quando Dona Valéria diz que “não tem absolutamente nada do que eu faço hoje que seja igual ao que eu fazia antigamente” e que “é a vida que está muito diferente...”, tem-se uma significativa ilustração das transformações diante do modo de produção capitalista.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. (...) A burguesia rasgou o véu de sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias. (...) Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que a substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas (MARX & ENGELS, 1977:23).

Portanto, é compreensível que a dissolução das relações familiares impossibilite a organização tradicional de produção e sirva como abertura para contaminação do modo de produção capitalista. A solidez e estabilidade dos valores estabelecidos desde então na agricultura são corroídos e contaminados pela frieza em constante mutação dos princípios mercantilistas de produção.

AS APROXIMAÇÕES ENTRE AGROECOLOGIA E GÊNERO.

Para iniciar a reflexão que relaciona a agroecologia às relações de gênero, é importante destacar a forma de incorporação da agroecologia pelas unidades familiares, tanto do ponto de vista da própria família rural quanto do ponto de vista da academia e das instituições intermediadoras do processo. Durante a pesquisa, a falta de envolvimento feminino com os paradigmas da agroecologia tornou-se muito evidente. Das 28 mulheres que participaram diretamente da pesquisa, apenas as 04 têm envolvimento efetivo com a implantação de SAF's através dos princípios agroecológicos¹¹.

São os homens que tem a possibilidade de sair da propriedade e acompanhar cursos, e encontros onde se discutem sobre a agroecologia. São eles que nessas oportunidades compreendem o sentido da busca pela transformação de valores e da importância dos paradigmas agroecológicos. Aprendem a linguagem acadêmica e a dos movimentos sociais. São inseridos no processo de busca por transformação e distanciados, portanto, da realidade do seu núcleo familiar quanto à compreensão desse novo mundo. Assim, ao adquirirem um novo saber, assim como acontece na relação técnico/agricultor, acontece na relação homem/mulher: constroem-se novas relações de poder.

(...) temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 1987:27).

Segundo Almeida (2002), a agroecologia, em sua amplitude, ainda não foi devidamente encarada e praticada. Os sistemas agroflorestais existentes, como os que foram acompanhados durante o projeto PDA Mata Atlântica, aproximam-se do que Guzmán Casado, Gonzáles Molina e Sevilla Guzmán (1999) consideram como *agroecologia débil*. Essa denominação parte das diferentes possibilidades de compreensão sobre tal movimento, podendo: (1) *atingir a amplitude* de interpretação que a considera como possibilidade de *(re)construção social*; ou (2) *restringir-se* ao

¹¹ Agricultoras quilombolas que trabalham como “multiplicadoras agroflorestais” num projeto da Cooperafloresta – Barra do Turvo/SP.

entendimento da agroecologia como uma *técnica*. A debilidade que classifica a situação pesquisada refere-se justamente a restrição do conceito como técnica de manejo sustentável.

Uma das condições para a primeira proposta agroecológica é a intersecção entre as diversas disciplinas científicas, desde as ciências da natureza até as ciências sociais. Essa intersecção parece ser uma necessidade para uma compreensão das diferentes realidades etno-ecológicas na qual se fundamentam a agricultura familiar. No entanto, a preponderância da percepção instrumental e tecnicista das ciências da natureza sobre a visão racional sócio-antropológica parece contribuir decisivamente para uma concepção débil de agroecologia, na medida em que reproduz a lógica da esfera científica como produtora de saber e da esfera produtiva como receptora deste mesmo saber. Nesse sentido, a aceitação da proposta de SAF's, tanto para o desenvolvimento científico como para projetos de implantação (estado, ONG's, empresas), têm se restringido à busca por equilíbrio ambiental. Os SAF's são compreendidos unicamente como "corredores ecológicos", como possibilidade de recuperação de áreas degradadas, refúgio de fauna silvestre, dentre outras vantagens ecológicas. Dessa forma, a maioria destes trabalhos acabam por limitar a abrangência dos princípios agroecológicos e manter as relações sociais transformadas pelo processo de modernização capitalista. Assim como a relação de distanciamento entre agricultor(a) e natureza, com a sutil diferença do menor impacto ao meio ambiente.

O projeto PDA Mata Atlântica, no Vale do Ribeira, destaca-se em relação àqueles que percebem a agroecologia apenas como via de recuperação ambiental, ou ainda que vendem "pacotes agroecológicos" como manual de instrução para desenvolver uma agricultura ambientalmente correta. O projeto incorpora, também, a preocupação sócio-econômica em seu desenvolvimento. Além das técnicas que permitem a construção de sistemas ecologicamente equilibrados, incorporam-se algumas práticas, necessárias à viabilidade sócio-econômica do projeto, que condizem com paradigmas agroecológicos, como: o incentivo a trocas de sementes, mudas e aprendizados técnicos; a utilização dos recursos disponíveis na unidade produtiva; o incentivo à prática de mutirão para desenvolvimento dos trabalhos; o incentivo ao processamento do produto na unidade produtiva e outros. No entanto, a realidade observada não oferece condições para a construção de uma agroecologia como

reconstrução sócio-ecológica, na medida em que reproduz os fundamentos da modernização da agricultura: exclusão da mulher; separação entre as noções de trabalho e família; submissão à lógica de produção e consumo capitalista; êxodo dos jovens; violência; e outras situações que colocam em risco a existência da agricultura tradicionalmente familiar.

A relação entre os gêneros e a condição de exclusão e dependência da mulher, cabe a aspectos sócio-culturais de dimensões maiores que o oferecido pela abrangência técnica em questão. O que significa que a *agroecologia débil* não dá conta de incorporar a discussão sobre gêneros no processo de transformação do espaço. Empenhar-se em transformar este conteúdo do espaço dependeria de disponibilidade de tempo, capacitação profissional e força política geralmente não disponível.

A disponibilidade de tempo relaciona-se principalmente com o imediatismo comumente exigido nos projetos. A necessidade de resultados imediatos, devido à atuação em comunidades marginalizadas, impede, segundo Almeida (2002), a possibilidade de aprofundamento da discussão sócio-política necessária ao fortalecimento social quanto aos paradigmas agroecológicos. Como foi observado, a ansiedade/necessidade de obtenção de resultados “palpáveis” sobrepõe a produção para o mercado em relação à reorganização/resgate das formas de organização produtiva tradicionais. O oferecimento de produtos rentáveis ou mesmo que satisfaçam o auto-consumo, alimenta o imediatismo e a esperança de inserção no mercado capitalista. Diante desta situação, a importância da identidade social, dos valores tradicionais, da relação familiar de produção e a complementaridade de gênero, são apagadas do quadro de interesses.

O mesmo autor aponta a falta de formação e capacitação técnica adequada à abrangência da agroecologia. Como no caso pesquisado, geralmente um único técnico (homem), sem formação específica ou diferenciada quanto à complexidade sócio-político-ambiental, é responsável pela articulação do projeto. Desde a formação acadêmica, os agentes técnicos aprendem a compartimentar o mundo. Além da incoerente barreira existente entre as diferentes ciências, cada uma delas ainda é abordada a partir de uma sistematização de temas isolados uns dos outros (as disciplinas). Mesmo uma equipe de profissionais, “formatados” por esse paradigma,

encontraria dificuldades em responder à abrangência e complexidade exigidas para a construção da agroecologia em termos mais abrangentes.

Além disso, como também foi observado por Burg (2005) e Almeida (2002), não há, ainda, uma metodologia adequada à construção de espaços agroecológicos. A formulação teórica sobre a agroecologia é extremamente abrangente e complexa; coerente, portanto, quanto à exigência de abordagem participativa. No entanto, não houve ainda uma estratégia que possibilitasse a construção metodológica de ação para o (re)estabelecimento das relações sociais de produção.

Cabe então aqui, relacionar os princípios orientadores da agroecologia à potencialidade de inclusão das mulheres no espaço agroecológico. Durante este artigo, construímos as condições de identificação dos espaços masculinos e femininos e suas transformações a partir do processo histórico de modernização da agricultura. Observou-se a relação da mulher com os espaços de dentro e do homem com os espaços de fora, assim como a valorização dos elementos que compõe os espaços masculinos e a desconsideração/subordinação dos elementos que compunham o espaço feminino. Salientou-se, ainda, que o enfoque agroecológico apresenta como fio condutor o conceito de *endógeno*, que etimologicamente significa “nascido desde dentro”. Costurando os sete princípios da agroecologia, apresentados no início deste texto¹², o conceito de endógeno evidencia a necessidade de fortalecimento interno da unidade produtiva. Portanto, se a agroecologia aponta a necessidade de fortalecimento endógeno, das condições inerentes da sociedade, não seria importante o (re)estabelecimento da unidade familiar? Para tanto, não seria um ponto de partida a reconstrução e valorização dos espaços femininos tal como definido pelas relações sociais que constituem o campesinato? Finalmente, acredita-se que, na transição de uma agroecologia débil para uma agroecologia plena, as mulheres têm muito a contribuir.

¹² São eles: (1) integralidade; (2) harmonia e equilíbrio; (3) autonomia de gestão e controle; (4) minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas; (5) mantimento e potenciação dos circuitos curtos; (6) utilização dos conhecimentos locais vinculados aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais; (7) pluriatividade, seletividade e complementaridades de renda.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado.** http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/ensaio_agroecologia.pdf
- AZEVEDO, F.L.N.; MONTEIRO, J.M. (org.) **Raízes da América Latina.** Rio de Janeiro, Expressão Cultural; São Paulo, EDUSP, 1996.
- BURG, I.C. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense.** 2005. (Tese de Mestrado. Universidade federal de Santa Catarina).
- EHLERS, E. **Origens e perspectivas de um novo paradigma. Agricultura Sustentável.** 2º ed. Guaíba. Agropecuária, 1999.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** Petrópolis. Vozes, 1987.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2º ed. Porto Alegre. Universidade, 2001.
- GUZMAN, C.G.I.; GUZMAN, S.E.E; MOLINA, G.M. **Introducción a la agroecologia como desarrollo rural sostenible.** Madrid. Ediciones Mundi-Prensa, 1999.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7).
- IAMAMOTO, A. T. V. **Agroecologia e desenvolvimento rural.** 2005. (Tese de Mestrado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/ Universidade de São Paulo – USP).
- KOSS, M. V. **Feminino + masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades.** São Paulo. Escrituras, 2000 (Coleção ensaios transversais).
- MARX, K. e ENGELS. **O Manifesto do Partido Comunista.** in: **Obras Escolhidas.** São Paulo. Alfa-Omega. 1977.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva.** In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974.
- METCALF, A.C. **Vila, Reino e Sertão no São Paulo Colonial.** In: Raízes da América Latina. Rio de Janeiro: expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.
- PACHECO, M. E. **Entrevista/texto sobre feminismo e agroecologia.** Revista Proposta. <http://saiph.cnptia.embrapa.br/ana/modules/articles/article.php?id=10>.1999.
- PANZUTTI, N.P.M. **Mulher rural: eminência oculta.** Campinas-SP. Editora Alínea, 2006.
- RIBEIRO, B. G. **Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo.** São Paulo. Companhia das Letras. EDUSP. 1995.
- SANTOS, B.S. (org.) **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, M. **Espaço e Método.** 4º ed. São Paulo. Nobel, 1997.

- SILVA, M.A.M. **A luta pela terra: experiência e memória.** São Paulo: UNESP, 2004.
- SILVA, M.A.M. **O trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais.** São Paulo, Perspectivas, 1983.
- SOUZA, M. F. A. **Estudo de caso: o arredor de casa nas pequenas propriedades rurais da região de Borborema/PB.** 2005. (Estágio Profissionalizante. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/ Universidade de São Paulo – USP).
- WOORTMANN, E. F. **Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 18, ano 7, fev de 1992.
- WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K. **O trabalho de terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1997.
- WOORTMANN, K. A.A. W. **Hábitos e Ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda.** Brasília. Série Antropologia – 20, 1978.